

# Anistia leva bancos a

Economia

segunda-feira, 22/8/88 □ 1º caderno □ 13

## suspenderem crédito rural

(ANC)

Nilton Horita

SÃO PAULO — As dívidas vencidas e não pagas pelo setor rural ao sistema financeiro privado brasileiro somaram, até julho passado, Cz\$ 20 bilhões, ou 3% do total da Carteira de Crédito Rural dos bancos, nível histórico de inadimplência para esse tipo de empréstimo. Por isso os bancos estão orientando as agências a não concederem novas linhas de crédito sem a quitação do débito anterior neste mês e no próximo, quando inicia o período de plantio das culturas para a safra do ano que vem.

Esse posicionamento não se caracteriza como retaliação ou castigo, mas apenas como aplicação da boa técnica bancária", afirma o diretor de Crédito Rural da Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos), Aldous de Albuquerque Galetti. "O projeto de anistia de dívidas em discussão na Constituinte ainda não é lei e não será até a promulgação da Carta, mas a época de plantio é agora", lembra Galetti.

**Liquidez** — Mesmo que historicamente venha se mantendo nesse mesmo patamar de 3%, a inadimplência dos produtores rurais, neste ano, deveria ser bem menor, pensa Albuquerque. Isso porque as diversas culturas apresentaram rentabilidade superior à inflação, concedendo grande liquidez aos produtores rurais no período de março do ano passado até abril deste ano. A lavoura obteve rentabilidade média de 531% e a pecuária de 477%, contra uma correção monetária de 424%.

Isso explica por que até maio a situação das carteiras de Crédito Rural dos Bancos estava zerada — ou seja, tudo que venceu foi pago — e só a partir de

junho, depois das discussões da anistia na Constituinte, a inadimplência pode ser sentida. Muitos produtores rurais, orientados pelas lideranças do setor, principalmente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, regiões com grande influência na UDR (União Democrática Ruralista), simplesmente preferiram, em vez de pagar, depositar os valores de quitação dos títulos da dívida em contas de poupança, à espera da decisão final da Constituinte.

Além disso, de acordo com Albuquerque, o sistema bancário privado perdou até 50% das dívidas dos agricultores nos setores mais prejudicados, como no caso do café. "Perdoamos as dívidas, simplesmente", reconhece.

**Próxima safra** — O governo destinou o total de Cz\$ 1.3 trilhão (690 milhões de OTNs) para a próxima safra, mas estudos da Febraban apontam para uma tendência de redução na demanda de crédito. A razão é que as lideranças rurais estão orientando os produtores a evitar contrair empréstimos junto aos bancos para financiar a produção. De posse dos números que mostram a retração nos pedidos de financiamentos, a entidade conseguiu rediscutir o volume global de créditos agrícolas em outubro, conforme a procura se verificar até lá.

Os bancos reivindicam também a redução do nível de exigibilidade sobre os depósitos à vista destinada ao crédito rural e vão propor a alteração dos percentuais obrigatórios de empréstimo que, recentemente, foram aumentados de 20% para 40% do total dos depósitos da chamada área livre (recursos não recolhidos compulsoriamente ao Banco Central) para os bancos pequenos, de 40% para 60% para os bancos médios e de 60% para 90% para os de grande porte.

### Agricultores se queixam

Dificuldade de financiamento. Este foi o ponto principal levantado por agricultores e secretários municipais da agricultura de 25 cidades fluminenses, na reunião realizada pelo secretário estadual da Agricultura, Elcio Costa Couto, para discutir os motivos pelo qual o estado não consegue aumentar a sua produtividade agrícola.

A maioria dos agricultores relatou fatos, demonstrando as dificuldades e a obtenção de crédito agrícola, inclusive junto ao Banerj. Os problemas desse tipo são ainda maiores para aqueles que ainda não conseguiram rediscutir os empréstimos feito à época do Plano Cruzado e ainda não saldados.

O diretor operacional do Banerj, Gilberto Cabral, responsável pelo crédito agrícola do banco, explicou que a nova diretoria ainda não traçou a política a ser adotada com os casos pendentes do Plano Cruzado: "Evidentemente que não podemos financiar os inadimplentes. Eles terão que equacionar esses contratos antigos, buscando um reescalonamento ou rediscutindo o empréstimo", afirmou.

Cabral não levou nenhuma novidade para a reunião, apenas prometeu transformar o banco do estado no principal agente aplicador do crédito rural. Atual-

mente, o Banerj tem CZ\$ 10,8 bilhões aplicados no crédito rural em todo o país, sendo que de 80% a 90% desse total estão no Rio. O banco dispõe ainda de CZ\$ 3 bilhões a CZ\$ 4 bilhões para novas aplicações neste setor.

Para Elcio Costa Couto, as queixas sobre custo financeiro hoje estão limitadas apenas a algumas lideranças sindicais. "Hoje é pequeno o grupo de pessoas que continua batendo na tecla de que a agricultura precisa trabalhar com taxa de juros, sem correção monetária", explica, adiantando que isto, cada vez mais, vem sendo uma posição isolada.

O secretário lembrou que no que se refere ao plantio de grãos, esta reclamação não se justifica mais, pois assim como os financiamentos levantados em banco, também o preço mínimo garantido pelo governo está sendo corrigido por OTNs. Ele foi bastante aplaudido quando falou aos agricultores e secretários municipais das modificações que o governo vai fazer no Plano de Equalização de Taxas, dispensando o pagamento dos financiamentos em OTNs, como o Banerj vinha fazendo. O agricultor que utilizar este plano para plantio com irrigação pagará apenas variação do preço mínimo do produto.